

Irmão John

## Precisamos da Igreja?

Dois mil anos após ter percorrido os caminhos da Palestina, Jesus de Nazaré continua a suscitar o interesse dos nossos contemporâneos. Quer o vejamos como um mestre de sabedoria, como um pregador de uma religião purificada, enraizada no coração, ou como um visionário social pregando um mundo fraterno, esta pessoa praticamente desconhecido durante a sua vida, isolado numa província remota do Império Romano, ainda hoje nos diz algo, mesmo àqueles que não professam nenhuma fé em Deus. O facto da sua breve carreira ter terminado com uma morte violenta e vergonhosa não afecta em nada a sua reputação: ocupa assim o seu lugar ao lado de todos aqueles que, desde Sócrates até Mahatma Gandhi e Martin Luther King, lutaram valorosamente – e talvez em vão? – por um mundo melhor.

Há que admitir que este mesmo fascínio não se estende à instituição que reivindica a herança do Jesus histórico, ou seja, a Igreja cristã. Manchada durante séculos por contradições, entre as quais a divisão em numerosas facções é a mais notória, muitas vezes considerada como um fóssil fora do curso da história, ou como uma inimiga do dinamismo da vida por causa das suas interdições, a Igreja é com frequência criticada por se ter afastado das intenções do seu fundador. O célebre gracejo de Alfred Loisy (1857-1940), teólogo católico francês excomungado em 1908, expressa uma concepção bastante comum hoje em dia: “Jesus anunciava o Reino e quem veio foi a Igreja!”. Como resultado, são numerosos os que pensam poder ou dever viver uma vida cristã sem uma referência explícita à comunidade organizada dos discípulos de Cristo. O seu lema é: “Cristo sem a Igreja”.

Nestas páginas, examinamos a legitimidade desta afirmação. Em que medida a Igreja é necessária para o projecto de Jesus? Foi um erro histórico? Tem apenas uma importância relativa ao defender uma fé do indivíduo pelo seu carácter colectivo e

organizado, ou é essencial para o conteúdo dessa fé? Neste caso, como fazer ressaltar mais a sua importância?

## **As raízes do escândalo**

Começemos por olhar as razões pelas quais as pessoas rejeitam a Igreja. Na linguagem do Novo Testamento trata-se da sua qualidade de *skandalon*, um termo que não equivale exactamente ao nosso vocábulo “escândalo”. Por vezes, na Igreja rebentam verdadeiros escândalos, como quando os seus responsáveis desviam os fundos para se enriquecer ou são acusados de abusos sexuais. Estes actos notórios abalam as pessoas, uma vez que estão em contradição flagrante com o conteúdo da fé professada por aqueles que os praticam.

Mas a palavra grega *skandalon* tem um sentido mais lato. Literalmente significa “pedra em que se tropeça”, qualquer coisa que encontramos no caminho e nos faz tropeçar, que nos faz abandonar o bom caminho, em resumo, que nos desorienta. Aplicada à fé, refere-se ao desajuste entre o que esperamos e a realidade vivida e, conseqüentemente, apresenta-nos uma alternativa.

Nos textos do Novo Testamento que utilizam o substantivo *skandalon* ou o verbo da mesma família *skandalizô*, encontramos à primeira vista dois usos aparentemente diferentes, um negativo e outro positivo.

Os termos aplicam-se em primeiro lugar a todos os comportamentos incongruentes em relação ao Evangelho, que ameaçam afastar alguém da fé professada. Tais comportamentos e aqueles que deles são responsáveis devem ser evitados (Romanos 14,13; 16, 17), são obras do Tentador (Mateus 16, 23) e justificam a exclusão do Reino de Deus (Mateus 13, 41). Assim, seria inclusivamente preferível cortar a parte do corpo responsável por tais actos do que realizá-los (Marcos 9, 43-48; Mateus 5, 29-30; 18, 8-9).

No entanto, há outra série de textos que aplica estes vocábulos ao próprio Jesus e ao seu modo de vida. Ele “escandaliza” os habitantes de Nazaré (Mateus 13, 57), assim como os fariseus (Mateus 15, 12), todo o povo judeu (Romanos 9, 33), “a muitos” (Mateus 24, 10), e inclusivamente os seus próprios discípulos (Mateus 14, 27-29; cf. João 6, 61). Fá-lo sobretudo com a sua morte ignominiosa (1 Coríntios 1, 23; Gálatas 5, 11). Jesus chega mesmo a proclamar: “Bem-aventurado aquele que não encontra em mim ocasião de escândalo” (Mateus 11, 6; Lucas 7, 23).

À primeira vista, poderíamos supor que as duas acepções desta noção de “escândalo” são fundamentalmente diferentes. No final de contas, os cristãos afastam os outros e lançam o descrédito sobre si próprios pela sua infidelidade ao Evangelho, enquanto Jesus desconcerta pelo seu comportamento inesperado, tão diferente daquilo que se esperaria de um emissário de Deus.

Todavia, as duas realidades têm uma raiz comum: ambas brotam do modo escolhido por Deus para realizar o seu desígnio de amor. Assim, em vez de transformar o mundo e de eliminar o mal mediante actos todo-poderosos, o Deus da Bíblia percorre um caminho muito mais humilde e discreto. Une-se à condição humana a partir do mais baixo, entra na criação discretamente, sem fazer ruído e sem violar a liberdade dos actores, apostando numa transformação lenta a partir de dentro em vez de operar uma reviravolta espectacular da situação.

É esta opção de base por parte de Deus que fundamenta os dois tipos de escândalo. Precisamente porque Jesus não vem como um rei triunfante mas leva uma vida que em muitos sentidos é comum e sobretudo porque não resiste ao mal usando a força humana, desconcerta aqueles que esperam uma intervenção divina que mudaria o curso da história e das suas próprias vidas de modo sensacional. Quando, no início do seu ministério, Jesus faz curas para indicar a presença de Deus que irrompe no mundo, atrai multidões mas rapidamente um grande número se decepciona por não ver tais prodígios multiplicar-se. Para Jesus os sinais que realizava não eram nunca um fim em si mesmo; deviam levar a uma mudança de olhar e a uma atitude de confiança nele. Os que não estavam preparados para dar esse passo ficavam rapidamente “escandalizados” pela sua aparente ineficácia. Na melhor das hipóteses ficavam indiferentes, mas a decepção de alguns transformou-se em breve numa oposição activa.

É esta mesma humildade de Deus, a sua recusa de impor uma solução pela força, que torna possível o “escândalo negativo”. Jesus confiou a sua mensagem aos seus discípulos, mulheres e homens sujeitos a todas as limitações que caracterizam a condição humana. Assegurou-lhes o seu apoio permanente pela presença activa do seu Espírito de vida (ver João 14, 15-16.26), inclusivamente prometeu estar com eles “até ao fim dos tempos” (Mateus 28, 20). Mas Jesus nunca teve a pretensão de mudar a humanidade deles, fazer deles super-homens isentos de toda a imperfeição.

Detenhamo-nos um instante para considerar a incrível aposta que esta opção de base representa. A lição da história de Israel através dos séculos não deixava lugar a

ambiguidades: a transformação da sociedade humana num reino de justiça e de paz só podia ser obra de Deus. Abandonados à sua sorte, os seres humanos não fariam mais do que enlamear-se nas suas próprias contradições e exclusões. A única verdadeira esperança estaria numa intervenção divina, totalmente imerecida. Para os discípulos de Jesus, esta intervenção ocorreu na vida, na morte e na ressurreição do Mestre. Todavia, visto de fora, com um olhar atento às consequências concretas, o balanço não foi convincente. O homem conhecido como Filho de Deus teve uma vida bastante vulgar, à excepção de algumas curas em lugares recônditos. A sua pretensão de inaugurar o Reino de Deus resultou na sua morte violenta e na dispersão dos seus discípulos. Se, mais tarde, alguns deles pretenderam que não tinha ficado em poder da morte mas regressado à vida, é forçoso admitir que a sua nova forma de presença teve impacto antes de mais na convicção dos seus seguidores. Para tudo o resto, a história seguia tranquilamente o seu curso habitual, com o seu habitual rosário de todo o tipo de males. O modo de actuar de Deus deixa aparentemente uma grande incerteza e não tem a adesão automática dos corações. O que podemos chamar “a lógica da encarnação” coloca os seres humanos perante uma escolha que não é evidente.

### **A semente e o fermento**

Deus tinha intenção de agir deste modo? A missão de Jesus deveria ter-se cumprido de outro modo? Um argumento determinante contra a tese do fracasso provém do facto de que, durante a sua vida terrestre, o próprio Jesus fez o possível por explicar esta lógica desconcertante de Deus. Fê-lo sobretudo nessa parte dos seus ensinamentos que a maioria dos estudiosos considera a mais autêntica, ou seja, as parábolas. Segundo os Evangelhos, Jesus costumava transmitir a sua mensagem através de imagens tiradas da vida quotidiana, procurando não um consentimento passivo perante verdades abstractas mas uma tomada de consciência, uma percepção activa do que estava a acontecer. Duas imagens chave de Jesus ilustram de forma maravilhosa esta maneira divina de proceder que torna possível, e inclusivamente inevitável, o *skandalon*.

A primeira destas imagens é a *semente*. Jesus compara a vinda do Reino de Deus a um semeador que lança as sementes para todos os lados. Quando a semente encontra solo propício, produz uma colheita abundante (Marcos 4, 3-9). Ou ainda, Deus vem ao mundo para o transformar do mesmo modo que um grão de mostarda, quase invisível, acaba por converter-se numa das maiores plantas (Mateus 13, 31-32). Outras parábolas

descrevem o processo de forma mais precisa. A semente cresce sozinha, por etapas; apesar da sua pequenez, possui um dinamismo que transforma tudo (Marcos 4, 26-29). Depois, para cumprir a sua tarefa deve ser “lançada à terra [e] morrer” (João 12, 24): o seu desaparecimento e aparente fracasso são, paradoxalmente, as condições da sua eficácia.

Esta imagem junta-se a outra, o *fermento*, que reforça o carácter escondido e o poder inexorável da actividade divina: “o Reino de Deus [é] semelhante ao fermento que certa mulher tomou e misturou com três medidas de farinha, até ficar levedada toda a massa” (Lucas 13, 20-21).

Estas parábolas descrevem a entrada de Deus no mundo como um acontecimento insignificante, praticamente irreconhecível, quase nada aos olhos humanos. Todavia, este “quase nada” esconde um dinamismo que se apropria de elementos do mundo para fazer deles algo inesperado. Sem fazer ruído nem atrair a atenção, a actividade divina alcança infalivelmente o seu objectivo (cf. Isaías 42, 2-4; 55, 10-11). Assim, tudo o que o ar e a terra podem oferecer é assimilado pela pequena semente para nascer uma realidade nova e impressionante, uma grande árvore. De igual modo, um pouco de fermento leveda uma massa pesada e muda completamente o seu aspecto. Estas imagens descrevem uma colaboração autêntica entre dois elementos heterogêneos dando lugar a algo inesperado e muito belo.

Assim, Jesus descreve a sua acção como a transfiguração progressiva das realidades terrenas através dum poder ou energia escondido e interior. Este poder é antes de mais da sua palavra (ver Marcos 4, 14), criado pelo seu Espírito (João 6, 63); entrando pela escuta, esta palavra fermenta o coração humano. Estas parábolas pressupõem a presença de uma matéria mais ou menos resistente e um período de transição mais ou menos longo. A imagem do grão de mostarda distingue dois momentos, o crescimento da árvore e, mais tarde, a vinda dos pássaros para nela nidificarem, enquanto no caso do fermento só tem um momento, mas em ambos os casos o resultado final é o mesmo: uma grande e radical transformação começando com “quase nada” em termos humanos.

É este “quase nada” que dá lugar ao *skandalon*. Em primeiro lugar em Jesus. Confrontados por um lado com as suas pretensões e o seu modo de ser e agir por outro, os seus ouvintes encontravam-se forçosamente perante um dilema: este homem, exteriormente tão insignificante poderia ser o Escolhido de Deus, enviado para

inaugurar o Reino prometido? A única resposta positiva a este dilema consistia num acto de fé oferecido por Deus, através do qual o crente penetrava o revestimento humano para discernir a verdadeira identidade do Enviado. “És feliz, Simão, filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue que to revelou, mas o meu Pai que está no Céu” (Mateus 16, 17; cf. João 6, 44). Quando este acto de fé não acontece surge o “escândalo” e “a partir daí, muitos dos seus discípulos voltaram para trás e já não andavam com Ele” (João 6, 66). Mas quando o acto de fé acontece, Deus lança as verdadeiras raízes na nossa terra: a semente começa a crescer; o fermento começa a levedar secretamente a massa. A comunidade dos discípulos, ou seja, aqueles cuja fé ultrapassou as aparências para ver Deus a actuar em Jesus Cristo, possuem a partir de agora “as chaves do Reino do Céu” (Mateus 16, 19). Através delas toda a humanidade terá (ou não terá) acesso ao mistério da presença divina no coração da criação.

### **Uma igreja peregrina**

Como Corpo de Cristo, representação do Ressuscitado ao longo dos séculos, a comunidade dos crentes segue necessariamente a mesma lógica de encarnação que o seu fundador. Também ela é uma realidade mista, o ponto em que o Absoluto de Deus encontra as limitações do nosso mundo. A diferença essencial é que, enquanto a humanidade de Jesus estava inteiramente ao serviço da sua missão – não havia nenhum obstáculo à transmissão da luz divina (cf. João 5, 30; 6, 38) – a dos seus discípulos não goza de semelhante transparência. De facto, a nossa condição humana está marcada por uma dimensão egocêntrica: em vez de estar completamente abertos à Fonte, nós somos assaltados pela tentação permanente de procurar o nosso fundamento em nós próprios. Como resultado desta situação o lado humano da Igreja não se caracteriza simplesmente pela fraqueza, mas por uma vulnerabilidade que corre continuamente o risco de se endurecer em falsa autonomia ou auto-suficiência.

A lógica divina refractada pela condição humana coloca a Igreja cristã perante um dilema, expresso pelos dois tipos de *skandalon* que examinámos. Por um lado, se segue fielmente os passos do seu Mestre, será criticada por ser irrealista ou exasperará pelos seus posicionamentos incómodos. E, por outro lado, quando deixa a senda estreita da imitação de Cristo para tentar “triumfar” segundo os critérios do mundo, a sua visibilidade – inclusiva e especialmente quando esta é impressionante – apenas servirá para ocultar a sua verdadeira identidade. Quando a Igreja confia no que possui em vez

de confiar Naquele que segue até um país desconhecido tal como Abraão (ver Hebreus 11, 8ss), quando já não imita a atitude de Moisés, “considerando a humilhação de Cristo uma riqueza maior do que os tesouros do Egipto” (Hebreus 11, 26), deixa de ser a tradução fiel do Absoluto divino no coração das realidades terrenas. A ineficácia ou a infidelidade: eis uma alternativa estéril com a qual a comunidade dos crentes parece condenada a debater-se.

Todavia, se olharmos mais de perto veremos que estes dois modos de ser sempre coexistiram na vida do povo cristão. Para retomar a imagem utilizada por Jesus, uma parte da massa deixa-se levedar pelo fermento do Evangelho, enquanto a outra parte permanece mais ou menos resistente. A linha de demarcação está em movimento contínuo; não passa apenas entre a “Igreja” e o “mundo”, mas entre os diferentes sectores da comunidade e, em última análise, no interior de cada crente. A Igreja no seu todo está permanentemente tentada pela infidelidade ao seu fundador e, ao mesmo tempo, constantemente sacudida por correntes de uma maior autenticidade evangélica, comumente denominadas “renovação” ou “reforma”. Estas últimas têm sempre uma fisionomia pascal, implicam uma morte de si próprio e das suas visões demasiado estreitas para renascer, transfiguradas pela novidade do Evangelho.

Se a comunidade cristã se apresenta necessariamente sob um duplo aspecto, sempre a caminho, daí resulta que qualquer tentativa para resolver os seus problemas com uma separação tende a ignorar a verdadeira dinâmica que a anima. Face a uma Igreja que parece pactuar facilmente com os poderes deste mundo em vez de confiar na força paradoxal do Evangelho, que parece fraqueza aos olhos humanos (cf. 1 Coríntios 1, 18 ss), é grande a tentação de abandonar a massa aparentemente infiel e refugiar-se num pequeno grupo de pessoas com a mesma sensibilidade, mais atentas às exigências do Evangelho. Mas com um olhar afinado pelas lições da história, compreendemos que os visionários de hoje rapidamente se convertem nos conformistas de amanhã, e assim o processo da divisão prossegue, conduzindo ao parcelamento dos discípulos de Cristo numa multitude de seitas indiferentes ou hostis entre si. Se pode ser útil – ou por vezes mesmo necessário – concentrar um pouco o fermento com o objectivo de otimizar a sua acção, não esqueçamos que não podemos tirá-lo da massa sem correr o risco de arruinar todo o processo.

Noutra das suas parábolas, Jesus avisa-nos explicitamente contra tal eventualidade. Descrevendo um campo onde o bom trigo e o joio estão misturados,

Jesus adverte contra qualquer tentativa prematura de os separar se não queremos estragar todo o trabalho. Um discernimento que conduza a uma selecção não pode ser feito antes da colheita, e mesmo aí, não será feito pelos homens mas por Deus (ver Mateus 13, 24ss; cf. 13, 47ss).

Significa isto que devemos simplesmente tolerar todas as infidelidades dos discípulos de Cristo, ou inclusivamente considerá-las como consequências inevitáveis e normais de qualquer tentativa de viver o Evangelho? Pelo contrário. O próprio Jesus é explícito a este respeito:

É inevitável que haja escândalos; mas ai daquele que os causa! Melhor seria para ele que lhe atassem ao pescoço uma pedra de moinho e o lançassem ao mar, do que escandalizar um só destes pequeninos. Tende cuidado convosco! (Lucas 17,1-3; cf. Mateus 18, 6-7)

Do mesmo modo, São Paulo expressa o seu descontentamento àqueles que defendem que, se Deus pode fazer uso do pecado para alcançar os seus fins, então o mal é permitido e por vezes mesmo necessário:

Não será mesmo de agir conforme aquilo que certa gente caluniosamente afirma termos dito: «Façamos o mal, para que venha o bem?» É gente que justamente merece a condenação. (Romanos 3,8)

Assim, somos convidados a manter-nos no coração de uma tensão que por vezes pode ser agonizante: procurar a vontade de Deus com todas as nossas forças, recusando afastar-nos daqueles que, comprometidos no mesmo caminho, ficam para trás ou estão no processo de se perder. Senão corremos o risco de eliminar todos os escândalos pagando o preço de um escândalo ainda maior, o de rasgar a túnica sem costura de Cristo.

## **Discernir o Corpo**

Retomemos a nossa questão inicial. Há dois mil anos apareceu um homem na Palestina com uma mensagem surpreendente. Anunciou ao povo de Israel a boa nova que o acontecimento que aguardavam há séculos estava prestes a cumprir-se: “o Reino de Deus está próximo!” (Marco 1, 15). Por outras palavras, Deus toma as rédeas oferecendo aos homens uma comunhão com ele que conduz inevitavelmente à comunhão entre eles, à transformação da terra num reino de justiça e paz.

No entanto, para Jesus este Reino tão desejado devia chegar de um modo um pouco desconcertante. Longe de ser uma obra caída do céu, já terminada, eliminando as imperfeições deste mundo com uma varinha mágica, implica, pelo contrário, uma lenta transformação das realidades humanas “a partir de baixo”. Assim, Deus actua com completo respeito pela liberdade humana, desejando que a resposta ao seu chamamento venha sem coacção dos corações que confiam. Esta resposta do coração humano que confia (“a fé”), que se traduz depois por actos exteriores, converte-se por conseguinte no próprio fundamento da presença de Deus na terra.

“Arrependei-vos e acreditai no Evangelho!” (Marco 1, 15b). A transfiguração do mundo começa aí onde homens e mulheres, movidos por um chamamento interior perceptível no mais profundo de si mesmos, olham para além das aparências para discernir em Jesus o Enviado de Deus. Dispondo-se a segui-lo, ocupam o seu lugar na comunidade dos discípulos, permanecem com Jesus e são enviados aos outros homens em seu nome (cf. Marcos 3, 14).

Após a morte e ressurreição de Jesus, esta comunidade mantém viva a sua obra. Tem como vocação continuar a anunciar a mensagem de comunhão com Deus e entre os homens e de antecipá-la pelo seu modo de vida. Ao convidar os que os escutam a entrar nessa comunhão e incorporando-os pelo baptismo, celebrando a sua unidade na Eucaristia, a assembleia dos discípulos de Cristo (chamada no Novo Testamento *ekklêsia*, a Igreja) converte-se na terra na proclamação e na essência da grande obra que Deus está a realizar. Tal como o Concílio Vaticano II expressou de forma concisa, a Igreja é “o sacramento, ou seja, ao mesmo tempo sinal e instrumento, da união íntima com Deus e união de todo o género humano” (Constituição sobre a Igreja *Lumen gentium*, 1).

Ao mesmo tempo, por causa do modo divino de proceder, a presença e a actividade de Deus na comunidade dos discípulos de Cristo não saltam à vista, mas têm de ser *discernidas*. Face à Igreja, os homens estão colocados perante uma escolha análoga àquela com que se viam confrontados por Jesus durante a sua vida terrena, e inclusivamente depois da sua ressurreição (ver Mateus 28, 17). São capazes de ir para além das aparências, frequentemente contraditórias, para descobrir o trabalho de Deus? Na linguagem de São João (cf. João 6, 26.36), serão capazes de ler o sinal correcto e acreditar? Contudo, no caso da Igreja este discernimento é mais complexo do que em relação ao Jesus histórico. A dificuldade de ver Deus em Jesus de Nazaré residia na sua

pobreza humana. Ora, o paradoxo da força divina e da fraqueza humana está presente também na vida da Igreja, mas é frequentemente ocultado por outra dinâmica: a recusa dessa fraqueza por parte dos membros da Igreja, inclusivamente dos seus responsáveis, e a tentativa correspondente de modelar a comunidade cristã segundo os critérios da sociedade do momento.

Esta incapacidade ou recusa para confiar no poder de Deus tem consequências extremamente graves. Na medida em que a comunidade dos discípulos de Cristo tenta “triumfar” humanamente, obscurece o rosto de Cristo crucificado e ressuscitado, substituindo-o por uma máscara, talvez extremamente bem-feita, mas em última análise sem vida. Por conseguinte, decepciona os que vêm à procura da água viva prometida por Cristo, criando neles a indiferença ou o desejo de fugir. Ao mesmo tempo, atrai outros que buscam algo distinto do Evangelho por exemplo a justificação de um determinado modo de vida ou a defesa de uma nação ou civilização. Claro que as pessoas se aproximam de Cristo por múltiplas razões e ninguém tem o direito de as rejeitar (cf. João 6, 37). Tal como aconteceu durante o ministério terreno de Jesus, os que primeiro vêm por motivos interesseiros podem mais tarde descobrir o tesouro do Evangelho e experimentar uma conversão. No entanto, isto significa que os adeptos de um “cristianismo sem Cristo” não ajudam a Igreja a viver a vocação que lhe é própria e seguir o caminho recto e estreito do testemunho do Evangelho.

Não é por acaso que é frequentemente nos períodos em que a Igreja é rejeitada pela sociedade do momento que começa a reencontrar-se com a sua fisionomia autêntica. Não se trata de modo nenhum de se comprazer no “complexo de perseguição”, mas de reconhecer que a perseguição chega muitas vezes como uma graça, na medida em que afasta a Igreja dos poderes deste mundo e evidencia a sua identidade em fidelidade ao seu fundador.

Mesmo se uma purificação permanente da comunidade cristã é essencial para a sua missão, não devemos imaginar que a Igreja, peregrina na história, possa alguma vez dar testemunho da presença de Deus sem nenhuma ambiguidade. Um acto de discernimento revelar-se-á sempre necessário, implicando uma superação das aparências muitas vezes opacas e por vezes mesmo repelentes. Para Pedro (ver Mateus 16, 15-17) e para “o bom ladrão” (ver Lucas 23, 40-43), este olhar só pode vir como uma graça, um dom imerecido de uma visão clara.

## **Sair do labirinto das nossas divisões**

Quando falta esta purificação e este discernimento, a comunidade dos discípulos de Cristo entra fatalmente num processo de divisão. Uma clivagem ruínosa produz-se nas nossas mentes entre Cristo tal como o vemos no Novo Testamento e o seu Corpo, tal como o vemos à nossa volta. E esta clivagem concretiza-se aos poucos nas relações entre os crentes. Regressando às categorias das parábolas, tentamos extrair o fermento da massa para o usar noutra lugar ou desenraizar a semente para plantá-la em solo mais favorável. Ou então tentamos tirar todas as ervas daninhas e deitá-las fora. Em resumo, imaginamos que podemos construir uma Igreja ideal à força de boa vontade e com os meios de que dispomos. Sendo a natureza humana o que é, mais cedo ou mais tarde, tais tentativas acabam por fracassar e o processo recomeça. No final de contas, o parcelamento do povo cristão torna ainda mais difícil o discernimento do Corpo de Cristo, lugar insubstituível de reconciliação com Deus e entre os seres humanos.

Constatamos os resultados deste processo centenário na paisagem cristã à nossa volta. Não se trata de refazer o processo histórico e de criticar os nossos antepassados. Sem a vantagem de uma visão retrospectiva, sem dúvida estas questões parecer-lhes-iam bem distintas. A nossa tarefa é antes viver as palavras de João XXIII, frequentemente citadas pelo Irmão Roger, o fundador de Taizé: “Não procuraremos averiguar quem errou ou quem teve razão; as responsabilidades são partilhadas; diremos apenas: reconciliemo-nos!”. No nosso século, esta reconciliação começa inevitavelmente por uma nova tomada de consciência da realidade da Igreja e uma vontade firme de deixar para trás, de uma vez por todas, essas querelas mesquinhas que servem apenas para reforçar uma identidade estreita à custa das outras.

Respondamos, pois à nossa questão inicial: sim, precisamos da Igreja, uma vez que é o lugar onde o fermento do Evangelho se encontra com a massa humana em toda a sua opacidade. Longe de ser um erro histórico, uma lamentável alternativa ao Reino de Deus, a Igreja é o meio pelo qual o dito Reino toma forma de maneira plenamente realista, tendo em conta o ser humano na sua miséria e na sua grandeza. O caminho para uma vida autêntica não passa por um Cristo ideal, desencarnado, acessível apenas por uma reconstrução histórica, mas através do “Cristo de comunhão” vivo e misterioso, por outras palavras, o Cristo que atravessa os séculos na comunidade dos homens e mulheres que seguem os seus passos. Por mais inverosímil que isto possa parecer,

entraremos em relação com ele através desta comunidade; de outro modo nunca o encontraremos.

Este discernimento do mistério de Cristo presente na Igreja anda a par com o compromisso de fazer da comunidade cristã o lugar onde o mistério resplandeça cada vez mais. E isto tem necessariamente de começar por nós próprios. Quanto mais seguirmos o caminho do Evangelho, renunciando a qualquer tentativa de fazer triunfar a nossa causa através dos meios deste mundo, mais removemos da Igreja a maquilhagem artificial que a torna irreconhecível e mais restauramos a beleza autêntica “sem mancha nem ruga, nem coisa alguma semelhante” (Efésios 5, 27).

Nos nossos dias, uma nova tomada de consciência da realidade da Igreja em todas as suas dimensões, ou seja, um discernimento do Corpo de Cristo, revela-se como o caminho incontornável para tornar possível o futuro da fé cristã. O grande mérito do que chamamos o movimento ecuménico do século passado é ter conduzido a esta descoberta. Antes identificava-se a Igreja de Deus com a sua própria comunidade de fé relegando os outros crentes às trevas exteriores do esquecimento ou mesmo o desprezo. Ou então minimizava-se a importância da comunhão visível entre os cristãos, pondo a tónica na fé pessoal ou, quando muito, vivida num pequeno grupo ou congregação. A unidade e a universalidade da Igreja eram consideradas ou como unicamente visíveis, ou seja, determinadas sem reservas pelas estruturas sociológicas e jurídicas que organizam uma parte do povo cristão, ou como unicamente invisíveis, conhecidas apenas por Deus. E, em ambos os casos, considerava-se a Igreja em termos estáticos, como uma realidade acabada.

A lógica da encarnação exposta nestas páginas permite compreender os limites de tal visão. Assim como a vida do seu fundador, a comunidade cristã, tal como surge nos livros do Novo Testamento, não é de todo invisível: é composta por mulheres e homens de carne e osso, reunidos pela pregação da Boa Nova, que vivem uma vida em comum no seio da história humana. Ao mesmo tempo, a sua realidade empírica, necessariamente incompleta, manchada por múltiplas contradições e divisões, não corresponde completamente à sua identidade profunda – a de ser “a dádiva da vida dum comunhão universal em Deus” (ver *Cadernos de Taizé*, 3). Não podemos discernir esta identidade a não ser com o olhar da fé, ultrapassando as aparências frequentemente enganadoras para compreender Deus que actua na miséria humana. Este olhar vê tudo, por assim dizer, a partir da perspectiva do seu cumprimento em Deus.

Permite às pessoas ainda a caminho de avistar a grande árvore habitada por todos os pássaros e compreender a sua identidade com o pequeno grão de mostarda. Vê a Igreja como a comunhão universal em perpétuo devir (ver Efésios 4, 16).

No caso dos cristãos em plena comunhão com a Santa Sé, foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) que marcou um desenvolvimento significativo a este respeito, especialmente na Encíclica *Lumen gentium*. Na teologia católica pré-conciliar depois da Reforma, a Igreja de Cristo tinha sido praticamente identificada com a Igreja romana. Todavia é neste documento que podemos ler que apesar da Igreja “constituída e ordenada neste mundo como uma sociedade, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele” (uma vez que a Igreja não pode ser uma realidade unicamente invisível ou uma realidade futura e que uma continuidade real une a Igreja aos seus primórdios, especialmente através do ministério e dos sacramentos) mesmo assim “muitos elementos de santificação e de verdade podem encontrar-se fora da sua estrutura visível”, o que torna imperativo o movimento para uma maior unidade (*Lumen gentium*, 8). Estas palavras, demasiadas vezes interpretadas de forma contraditória, não sem a cumplicidade dos meios de comunicação, insuficientemente informados, e inclusivamente apaixonados pela controvérsia; são de facto a norma de uma “eclesiologia de comunhão”, que admite diferentes graus de comunhão entre os cristãos e entre as suas comunidades. A Igreja é vista aqui como uma realidade complexa em constante desenvolvimento, um mistério de fé que, em última análise, se une ao mistério de Cristo.

Tal mudança ou conversão do olhar é o passo essencial para sair do escândalo das nossas divisões. Isto torna-se claro se considerarmos o *skandalon* bíblico por excelência – a cruz de Cristo. A cruz desconcerta de dois modos que já examinámos: testemunha a fraqueza inimaginável de Deus (“salve-se a si mesmo, se é o Messias de Deus, o Eleito.” Lucas 23, 35) e, simultaneamente, a incapacidade do seu povo discernir o dia em que Deus o visita (Lucas 19, 44) e para viver plenamente a sua vocação (“Crucifica-o! [...] Não temos outro rei, senão César.” João 19, 15). Ora é precisamente este lugar de duplo *skandalon* onde Deus se torna presente, no coração da história humana marcada pelo mal. Para quem sabe ver, então, este lugar de maldição (ver Gálatas 3, 13) converte-se em fonte de vida e de unidade, a única porta que se abre à ressurreição.

De modo análogo, só quando discernimos a Igreja cristã, vista em toda a sua extensão, o *totus Christus*, o “Cristo de comunhão” que se comunica através dos séculos, encontramos a chave para passar do inverno das nossas contradições a uma primavera de reconciliação para nós próprios e para o mundo inteiro. Precisamos da Igreja? Sim, porque em última análise ela oferece o único acesso ao mistério de Deus feito carne para atrair a si todos os homens (ver João 12, 32). Se pode parecer, como o seu Mestre, “pedra de escândalo e pedra de tropeço” esta pedra é, de facto, “a pedra angular” da morada de Deus entre os homens. Assim, a nossa tarefa é, firmemente unidos a Cristo, ser pedras vivas que formam, todas juntas, um edifício espiritual, onde se possa oferecer um culto agradável a Deus (ver 1 Pedro 2, 4-10). Ao contemplar Cristo presente no seu Corpo, ressuscitado mas trazendo ainda as chagas da sua paixão, convertemo-nos cada vez mais nesse Corpo, lugar onde o universo se abre ao mistério deslumbrante de Deus.